

055

BIODIREITO E SAÚDE REPRODUTIVA. *Taysa Schiocchet, Mônica Liedke de Souza, Raquel Belo Schneider, Paula Pinhal de Carlos, Maria Cláudia Crespo Brauner (orient.)* (Programa de Pós-Graduação do Direito, Centro de Ciências Jurídicas, UNISINOS).

No pensamento ocidental moderno há uma valorização crescente das descobertas ligadas à genética e à tecnologia médica. O estudo sobre as implicações jurídicas desses avanços insere-se na preocupação sobre a maneira com a qual os países detentores desse conhecimento buscam enfrentar os riscos deles decorrentes, em oposição à preservação e à promoção da dignidade humana a todos os indivíduos. Neste contexto, o projeto busca tratar, no âmbito da saúde pública, das questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, a partir da formulação de regras jurídicas e de decisões jurisprudenciais que disponham acerca da melhoria da condição de saúde de homens e mulheres. A pesquisa envolve a problemática de gênero, ou seja, a questão social da mulher e seus direitos reconhecidos ao longo de sua história. Tem-se por finalidade traçar um panorama, identificando o tratamento jurídico dispensado às questões envolvendo contra/concepção, esterilização, gravidez, parto cesáreo, entre outras, pelos Poderes Judiciário e Legislativo e pela doutrina, no sentido de garantir-se a efetivação do direito à saúde. A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, de fontes nacional e estrangeira, no levantamento de dados em decisões judiciais, leis e projetos de leis que estão tramitando no Senado Federal e na Câmara de Deputados. Nesta pesquisa são utilizados, ainda, subsídios teóricos de outras áreas do conhecimento, além das ciências jurídicas, como saúde, bioética, sociologia, filosofia, demografia e psicologia, as quais fornecem embasamento para a compreensão da temática e elaboração fundamentada dos resultados. Os resultados obtidos até o presente momento são parciais e consistem no levantamento e análise de material bibliográfico, apreciação prévia de projetos de lei, bem como o aprofundamento teórico dos principais conceitos a serem trabalhados, além da coleta de decisões judiciais desde 1988, para posterior análise. A partir da análise conjunta dos materiais coletados e analisados, será possível perceber o impacto de tais formulações na cultura jurídica, levando-se em consideração as políticas públicas que estão sendo implementadas para a proteção da saúde sexual e reprodutiva e sua eficiência e adaptação às necessidades da população. (CNPq-Proj. Integrado).